



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ADRIANA PETRY

**AS EQUIPES DE REFRÊNCIA DO SUAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA
OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

FLORIANÓPOLIS/SC

2012/2

ADRIANA PETRY

**AS EQUIPES DE REFERENCIA DO SUAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA
OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Ms. Kathiúça Bertollo.

FLORIANÓPOLIS/SC

2012/2

ADRIANA PETRY

AS EQUIPES DE REFERÊNCIA DO SUAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA
OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, orientado pela Prof^ª. Ms. Kathiúça Bertollo.**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ms. Kathiúça Bertollo
Departamento de Serviço Social/UFSC
Presidente da Banca Examinadora

Assistente Social Fátima Pressi
Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Angelina - SC
1^a Examinadora

Prof^ª. Dr^a. Keli Regina Dal Prá
Departamento de Serviço Social/UFSC
2^a Examinadora

Florianópolis, 05 de Março de 2013

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a todas as pessoas que me incentivaram e me apoiaram na realização do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que foi a minha força maior para chegar até aqui, pois muitos foram os obstáculos enfrentados para concluir esta graduação e principalmente este trabalho. Em segundo lugar ao meu pai que partiu para junto de Deus durante a minha caminhada acadêmica, e que certamente está iluminando meu caminho; a minha mãe que sempre foi muito próxima e sofreu junto comigo nos momentos difíceis no qual passei.

Aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos, em especial minha sobrinha Bianca, por sua valiosa contribuição e apoio neste trabalho. A toda minha família e amigos, pelo apoio e incentivo, pois sem eles eu não teria forças para chegar até aqui.

Agradeço, também, a minha orientadora, professora Kathiúça, pela contribuição valiosa na elaboração deste trabalho. A minha supervisora de estágio, a Assistente Social Fátima Pressi, que compartilhou comigo seu conhecimento e a grande e desafiadora experiência profissional.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Catarina que contribuíram para a minha formação acadêmica e principalmente por adquirir um novo olhar para as pessoas e o mundo.

“A humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém”. (Paulo Freire)

PETRY, Adriana. **As equipes de referência do SUAS:** desafios e possibilidades na operacionalização da política de Assistência Social. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a analisar a gestão do trabalho no SUAS, com ênfase na atuação de diferentes áreas do conhecimento na operacionalização da política de assistência social no enfrentamento da questão social, ou seja, evidenciando a relevância e a importância da ação interdisciplinar. Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho é evidenciar os desafios e possibilidades vivenciados pelas equipes de referência na operacionalização da política de assistência social. Tomamos como referencial teórico o método dialético, considerando a totalidade, o movimento histórico, a contradição e o conflito. O que nos possibilitou a discussão da relação capital x trabalho, como também, da superexploração e dependência dos países latino-americanos aos países centrais. Referenciamos resumidamente o processo histórico da política de assistência social brasileira e os desafios frente à política neoliberal e podemos comprovar que apesar de muitas garantias conquistadas através das leis e normatizações se faz necessária uma luta constante para sua efetivação. Apontamos a interdisciplinaridade como um avanço nas condições de trabalho dos trabalhadores do SUAS e no atendimento aos usuários, levando em consideração o desenvolvimento das potencialidades e a emancipação política dos usuários.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Gestão do Trabalho no SUAS. Interdisciplinaridade.

LISTA DE SIGLAS

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica de assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

NOB – Norma Operacional Básica

NOB-RH\SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

NOB-SUAS Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PAIF – Proteção e Atendimento Integral a Família

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
 2 TRABALHO: REFLEXÕES ACERCA DA CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL.	
2.1 O TRABALHO E O PROCESSO DE EXPLORAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	14
2.2 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: A PARTICULARIDADE DO CONTINENTE LATINO AMERICANO.....	17
 3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO	
3.1 A POLÍTICA NEOLIBERAL E O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS.....	21
3.2 A POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL A PARTIR DE SEUS MARCOS LEGAIS/NORMATIVOS.....	25
3.2.1 O SUAS e os níveis de proteção social: reordenamento institucional e a estruturação do trabalho na PSB.....	32
3.3 GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS, COMO ESTA ORGANIZADA.....	35
3.3.1 A conformação das equipes de referência nos diferentes níveis de proteção social a partir do SUAS.....	38
 4 A INTERDISCIPLINARIDADE – ENQUANTO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À QUESTAO SOCIAL	
4.1 COMO A INTERDISCIPLINARIDADE É COMPREENDIDA PELOS AUTORES.....	43
4.2 A INTERDISCIPLINARIDADE NO SUAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES....	46
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
 REFERÊNCIA.....	56

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é produto de uma pesquisa bibliográfica e documental que tem como objeto de estudo a gestão do trabalho no SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e a perspectiva da interdisciplinaridade como uma proposta de trabalho para as equipes que atuam neste sistema, através dos serviços socioassistenciais, objetivando a garantia dos direitos e a emancipação política dos usuários.

A escolha do tema se deu pela experiência vivenciada no campo de estágio no Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Angelina, município da grande Florianópolis de pequeno porte I, no semestres 2011/2 e 2012/1. Desta experiência podemos evidenciar a precarização e exploração do trabalho na assistência social: apenas uma profissional na assistência social para atender as demandas da assistência em todo o município, não dispondo de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e principalmente de equipe de referência tal qual o SUAS estabelece.

Para tanto buscamos nas análises de Marx (2011) a compreensão acerca da categoria trabalho como fundante do ser social. Análises que remetem a reflexão da exploração do trabalhado pelo capital, situação esta que é agravada nos países de capitalismo dependente, como é o caso do continente latino-americano.

Partindo destas análises, apresentamos brevemente a influência da política neoliberal no Brasil e suas consequências nas manifestações da questão social, e as políticas sociais como resposta a estas manifestações. A década de 1990 foi um período de reformas na economia, através de ajustes fiscais, redução dos gastos sociais e o Estado cada vez mais abriu espaço para o mercado internacional. Foi um período marcado pelo retrocesso dos direitos recém conquistados na Constituição Federal de 1988.

Na intenção de discutir a gestão do trabalho no SUAS, se faz necessário um resgate histórico da política de assistência social no Brasil, trazendo importantes avanços em relação à garantia dos direitos sociais através da seguridade social, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, como também através de outras

normatizações, o que caracteriza grandes avanços para os trabalhadores que atuam no SUAS, mas também muitos desafios a serem enfrentados e superados por estes mesmos trabalhadores.

A partir destas normatizações daremos ênfase à Proteção Social Básica (PSB) que tem sua estrutura funcional nos CRAS. É nestes centros que trabalham as equipes de referência da PSB e que se mostra necessária a atuação de diferentes áreas do conhecimento, através da interdisciplinaridade, na operacionalização dos serviços socioassistenciais.

Por se tratar de uma temática atual e que merece ser discutida, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, por meio do método dialético considerando a totalidade, o movimento histórico, a contradição e o conflito. A pesquisa se desenvolveu a partir de material já elaborado, constituído de livros, artigos científicos, legislações e normatizações. Para a pesquisa bibliográfica destacamos os seguintes autores: Marx (2011), Netto e Braz (2011), Marini (2005), Paiva (2011), Netto (2007), Iamamoto (2004), Yazbek (2008), Muniz (2011), Ely (2003), Fraga (2010) e Silveira (2011), e na pesquisa documental destacamos as seguintes leis e normas: a lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social), a Resolução 017/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS, 2006), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e a Tipificação Nacional de Assistência Social (2009), dentre outras.

O objetivo geral deste trabalho é evidenciar os desafios e possibilidades vivenciados pelas equipes de referência na operacionalização da política de assistência social. A partir deste traçamos os objetivos específicos: refletir como o trabalho é requisitado a partir do modo de produção capitalista; problematizar como a gestão do trabalho é organizada na política de assistência social a partir do SUAS; demonstrar a pertinência da atuação de diferentes áreas do conhecimento na operacionalização da política de assistência social.

O trabalho se dividiu em três capítulos, sendo que no primeiro tratamos de discutir a categoria trabalho e como é requisitado na sociedade capitalista, dando ênfase a exploração dos trabalhadores pelos detentores do capital e a superexploração dos trabalhadores quando se trata dos países dependentes, aos

países de capitalismo central. A América Latina, e consequentemente o Brasil, fazem parte destes países periféricos e se encontram em situação de dependência em relação aos países centrais.

No segundo capítulo discutiremos a política neoliberal a partir dos anos de 1990 com as reformas do Estado, o Estado mínimo, os ajustes fiscais e os cortes nos gastos sociais, tendo como foco as políticas sociais como resposta às expressões da questão social, consequência da política neoliberal.

Ainda neste capítulo apresentamos um breve histórico da assistência social, que se apresenta principalmente a partir da Lei Brasileira de Assistência e vai se configurando através de muitas lutas dos trabalhadores e da sociedade civil. A partir da Constituição Federal de 1988 apresentamos avanços onde a assistência passa a ser integrada ao sistema de seguridade social e é reconhecida como política pública.

As normatizações apresentadas neste segundo capítulo são fruto de muitas lutas e resistência por parte dos trabalhadores e que apesar da conquista ainda precisam lutar pelo cumprimento das mesmas. Os trabalhadores continuam em situação de exploração e precarização em seus ambientes de trabalho.

Por fim, no último capítulo apresentamos a interdisciplinaridade, como é analisada por alguns autores e a sua importância para o trabalho na PSB, devido à necessidade das diferentes áreas de conhecimento atuar em função de um mesmo objetivo: o enfrentamento e a superação das expressões da questão social.

2 TRABALHO: REFLEXÕES ACERCA DA CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL.

Para dar início a este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em Serviço Social abordarei neste primeiro capítulo reflexões sobre a categoria trabalho, e da sua configuração a partir da superexploração da força de trabalho nos países periféricos latino-americanos.

Para tanto foram utilizados autores marxistas e as próprias reflexões de Marx (2011) objetivando apontar o trabalho como categoria que surge com a evolução do próprio homem como ser social e da sua relação com a natureza.

Através do pensamento de Marx (2011) e as análises de Netto e Braz (2011), o processo de trabalho sofre evoluções e a partir do excedente econômico surge a possibilidade da acumulação e para tanto a exploração dos trabalhadores. Neste primeiro capítulo ainda trataremos da superexploração dos trabalhadores nos países latino americanos, especificamente no Brasil, considerados países periféricos pela sua situação de dependência econômica aos países de capitalismo central.

Dependência esta que aumenta a dominação do capital internacional sobre as economias periféricas, aumentando a exploração dos trabalhadores que passam a ser superexplorados. Para tanto se utilizam de mecanismos de superexploração que não permitem ao trabalhador se desenvolver e nem ter condições para reproduzir sua vida nem de sua família, além disso, fragiliza seu potencial de classe.

Uma situação de periferia e superexploração dos trabalhadores que clamam e lutam por políticas sociais para atender ao desgaste acentuado das condições de vida.

2.1 O TRABALHO E O PROCESSO DE EXPLORAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para discutir trabalho na gestão do SUAS se faz necessário uma aproximação às reflexões de Marx à esta categoria, uma vez que ela pode ser considerada um processo essencial à reprodução humana. Marx definiu o trabalho como:

Um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2011, p. 211).

Compreende-se a partir de Marx (2011) que o momento em que o homem modifica a natureza ele modifica a si mesmo, é o homem e seu trabalho, de um lado, e a natureza e seus elementos materiais, de outro. O homem como o sujeito e as variadas formas da natureza orgânica e inorgânica como objeto. Entre o sujeito e o objeto existe um ou mais instrumentos que mediam a relação entre ambos, mas estes instrumentos não são criados pela natureza e sim pelo sujeito que cria o instrumento para certa finalidade, adequado ao fim a que se destina.

Marx (2011) considera meios de trabalho todas as condições materiais necessárias à realização do processo de trabalho. É o que o trabalhador insere entre si e o objeto de trabalho, serve para direcionar sua atividade sobre esse objeto. Quando o processo de trabalho atinge certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho elaborados. São os meios de trabalho que indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho. O trabalho só se dá quando a natureza é transformada pela ação do sujeito.

O trabalho sob a forma exclusivamente humana pressupõe um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador. O homem se identifica com o resultado do trabalho. O trabalho é a razão do próprio modo de ser do homem, passa a exigir habilidades e conhecimentos e passa a atender o desenvolvimento de novas necessidades. Essas habilidades e conhecimentos vão sendo compartilhadas

entre os sujeitos a fim de generalizar e universalizar os saberes que detém, caracterizando o trabalho como atividade coletiva.

Segundo Netto e Braz:

O trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o metabolismo entre sociedade e natureza. O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social (NETTO; BRAZ, 2011, p. 44).

Desta forma o trabalho deve ser pensado como uma atividade desenvolvida exclusivamente por homens e que através dele se constituiu a humanidade, o ser social. Através do trabalho os homens desenvolveram características que os distinguem da natureza, tornando-os seres sociais, constituindo a espécie humana.

O processo de trabalho apresenta progressos pela habilidade adquirida pelos homens, pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e pelo conhecimento cada vez maior sobre a natureza, tornando esse processo cada vez mais produtivo, ou seja, os homens produziam mais do que exigiam suas necessidades imediatas na comunidade, dando origem ao excedente econômico ou apenas excedente.

O surgimento do excedente econômico na reflexão de Netto e Braz:

Assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho (NETTO; BRAZ, 2011, p.67).

Os bens que se configuram como excedente econômico se destinam à troca com outras comunidades, dando início às primeiras formas de comércio. Já a possibilidade de acumulação vira alternativa de explorar o trabalho humano. Tem-se aqui uma dissolução da comunidade primitiva para ser substituída pelo escravismo. A sociedade vai se organizando através da força e da violência: de um lado os proprietários de terras e escravos, e de outro, a massa de homens que não tem direito de dispor sobre a própria vida.

Após o sistema de produção escravista impõem-se o modo de produção feudal, onde as condições de trabalho dos camponeses eram muito distintas daquelas dos escravos, embora duramente explorados: além do dever do trabalho nas terras do senhor, ainda deviam inúmeros tributos e o dízimo a Igreja. Também neste sistema havia o monopólio da violência exercida pelos senhores que decidiam sobre a justiça dentro dos seus feudos.

O feudalismo entra em crise por volta do século XIV, conduzindo para a Revolução Burguesa entre os séculos XV e XVII e prossegue nos séculos XVII e XVIII. Com o fim do antigo regime começa o século XIX com o Estado criado pela burguesia. Para Netto e Braz:

A nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para o desenvolvimento das novas forças produtivas de que o seu Ascenso era o inequívoco indicador: criam-se as melhores condições para a concretização histórica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia – trata-se do modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica (NETTO; BRAZ, 2011, p.85).

Neste sistema o trabalhador trabalha sob o comando do capitalista, que cuida para que seu trabalho se realize de maneira apropriada através dos meios de produção, sem desperdícios, de modo que só se gaste o que for realmente necessário para a execução do trabalho. O produto é propriedade do capitalista, como também o valor-de-uso da força de trabalho e sua utilização.

Ainda segundo Marx (2011), no processo de trabalho, a atividade do homem opera transformações, com um determinado fim, no objeto sobre o qual atua por meio do instrumental de trabalho até a conclusão do produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma.

Marx mostra que:

Um valor-de-uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor-de-uso (MARX, 2011, p. 216).

No modo de produção capitalista, o objetivo de produzir um valor-de-uso, é que ele tenha um valor-de-troca, que possa ser destinado à venda, é dar utilidade ao produto. O valor-de-troca é a relação quantitativa, onde os valores-de-uso de uma

espécie se trocam com valores-de-uso de outra espécie, com constante mudança em relação ao tempo e ao espaço.

Além do valor-de-uso outro objetivo é produzir mercadoria num processo de produzir valor, que é determinado segundo Marx, “pela quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção” (Marx, 2011, p.220).

O tempo de trabalho aplicado na produção de um valor-de-uso deve levar em consideração as condições normais em que deve funcionar a força de trabalho: o trabalhador deve possuir certo grau de habilidade, agilidade e rapidez e deve ter matéria-prima adequada para a realização do trabalho.

O capitalista estará sempre atento para que não ocorra nenhum desperdício de material ou instrumento, pois segundo Marx “significam quantidades superfluamente despendidas de trabalho materializado, não sendo, portanto, consideradas nem incluídas na produção de valor” (Marx, 2011, p.229).

No modo de produção capitalista os trabalhadores são explorados através do trabalho assalariado, onde o salário é o preço da força de trabalho e que deveria cobrir não somente as necessidades fisiológicas do trabalhador e de sua família, mas também atividades sociais e culturais, que através do desenvolvimento social se tornaram necessidades que devem ser atendidas.

2.2 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: A PARTICULARIDADE DO CONTINENTE LATINO AMERICANO

Continuando as reflexões, discutiremos agora a categoria trabalho a partir do prisma da dependência econômica e da superexploração da força de trabalho a partir da realidade dos países periféricos, onde trataremos, em especial, da realidade dos países latino-americanos. Na América Latina, tem-se historicamente um sistema de dependência e superexploração, que segundo Marini é entendida.

Como uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam de maneira cada vez mais

integrada e intensificada. A dependência é, assim, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional (MARINI, 2005, p.33).

A teoria da dependência, desenvolvida por Marini e aprofundada por demais intelectuais marxistas latino-americanos, procurou explicar a lógica de dominação do capital internacional sobre as economias periféricas, ou seja, sobre a América Latina: a subordinação total de nossas economias ao capital internacional, tanto produtivo quanto financeiro-especulativo.

Na atualidade temos algumas particularidades sobre a dependência e exploração dos países da América Latina: o dólar, como meio de circulação das mercadorias ao longo do continente; os lucros das corporações transnacionais sem nenhum controle, com facilitada concessão tributária e fiscal pelo Estado; altas taxas de juros que deixam as dívidas externas impagáveis; crescente controle do setor de serviços pelas grandes corporações estrangeiras e um crescente controle pela força militar, com várias bases militares dos Estados Unidos fixadas pelo continente.

A superexploração, segundo Marini, “deve ser entendida como o mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para compensar suas perdas nas relações econômicas internacionais” (Marini, 2005, p.34). Uma exploração onde o pagamento dos salários dos trabalhadores não permite sequer reproduzir adequadamente sua vida e nem de sua família, acaba reduzindo a vida útil e a vida total do trabalhador. É o desenvolvimento do capital intensificado pelo desenvolvimento da miséria humana.

Segundo Osório (2009) “o valor diário da força de trabalho deve ser calculado considerando um determinado tempo de vida útil dos trabalhadores e de vida média total, de acordo com as condições existentes na época”. Esse valor também é determinado pelo valor dos meios de vida necessários para a subsistência e a reprodução do trabalhador. Violar o valor da força de trabalho é um processo de superexploração.

Para dar sustentação a este processo de superexploração, Marini (2005) aponta mecanismos essenciais: mão-de-obra abundante, estruturas sindicais débeis, poder da burguesia nacional associado diretamente aos interesses da burguesia internacional e o Estado que responde aos interesses do capital.

Também identifica três mecanismos que configuram um modo de produção fundado na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade: a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

Desta forma são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho, provocando um esgotamento prematuro e retirando a possibilidade de consumir o indispensável para conservar sua força de trabalho. Esses mecanismos correspondem a uma superexploração do trabalho.

Tais mecanismos foram acentuados de forma extrema a partir das políticas neoliberais desestabilizadoras baseadas no capital especulativo e no afastamento do Estado como planejador, e são direcionados a contrapor as perdas geradas ao longo do próprio avanço do modo de produção capitalista.

Segundo Paiva

As transformações do capitalismo contemporâneo conduzidas pelo programa neoliberal encontravam solo fértil na estrutural configuração do capitalismo nas economias dependentes latino-americanas e, conseqüentemente, brasileira, desde a experiência de trabalho superexplorado, onde a maioria da população economicamente ativa, em geral composta por trabalhadores de baixa escolaridade, só encontra trabalho sem os direitos decorrentes da relação salarial formal, onde a informalização e precarização predominam (PAIVA, 2011, p. 16).

Realidade em que a superexploração manifesta uma forma mais intensa e extensiva de exploração, não respeitando os meios necessários à subsistência, as necessidades básicas suficientes para a sua reprodução e a de sua família. Aprofundou-se a desvalorização e a superexploração da força de trabalho para dar continuidade à reprodução ampliada do capital.

Tratando-se da atualidade, Alencar e Granemann trazem que

A atual dinâmica do capitalismo mundial estrutura um conjunto de condições econômicas e políticas que aprofunda cada vez mais a tendência de desvalorização da força de trabalho à medida que modifica as formas de produção e o conjunto das relações sociais para assegurar o nível das taxas de lucro. A lógica da transnacionalização e da financeirização da economia, do desenvolvimento científico e tecnológico modificou a produção de bens e serviços com implicações na organização e gestão do trabalho (ALENCAR e GRANEMANN, 2009, p.?).

Segundo as mesmas autoras, embora a reestruturação econômica e política com impactos no trabalho sejam próprias da dinâmica do capital, as exigências da produção tem como intuito o uso mais intensivo da força de trabalho, aumentando os ganhos na produtividade e diminuindo os custos, sendo que o capital passa a ter maior poder na determinação da forma do uso do trabalho e de forma mais intensiva.

Para atender aos trabalhadores cada vez mais explorados nas condições de degradação de trabalho, são necessárias políticas sociais que deem conta de atender ao desgaste acentuado das condições de vida dos trabalhadores. Mas devido a esta nossa condição de periferia, Paiva descreve que

A nossa condição de periferia do capitalismo requer que a produção de mais-valia tenha que suprir as necessidades da acumulação interna do capital, e mais, tem que assegurar a remessa de lucros aos países centrais e suas empresas. O excedente econômico que fica para financiar as políticas sociais é certamente insuficiente, depois que as contas com o capital são remuneradas (PAIVA, 2011, p. 18).

Atualmente a dinâmica de acumulação do capital está voltada a produzir uma parcela de força de trabalho “sobrante”, dando um novo significado ao “exercito de reserva” dos trabalhadores. O desemprego se apresenta com caráter crônico numa dimensão global, como condição necessária para possibilitar a reprodução ampliada do capital, onde juntamente com a precarização do trabalho tornam-se armas contra os trabalhadores, com o sentido de fragilizar seu potencial de classe.

Marini mostra que “as consequências sociais e ideológicas da superexploração dos trabalhadores são as do esvaziamento dos espaços de luta do mundo do trabalho e da transformação dos processos revolucionários da construção do novo em meras relações de sobrevivência” (Marini, 2005, p.44). Os trabalhadores lutam apenas pela sobrevivência diária, onde parecem ter desaparecido valores baseados na coletividade, solidariedade e no pertencimento de classe.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

Neste capítulo iniciamos com a discussão da política neoliberal, da sua interferência na atuação do Estado, através do ajuste fiscal, da contrarreforma do Estado e do Estado mínimo. Trataremos também das políticas sociais como resposta às expressões da questão social ocasionadas pela contradição capital x trabalho e agravadas pela condição de superexploração da força de trabalho.

Em seguida faremos um breve resgate histórico da assistência social e da sua normatização até os dias de hoje, apresentando as conquistas neste espaço, tais como: reconhecimento via Constituição Federal de 1988 enquanto política pública, direito do cidadão e dever do Estado – política social integrante do tripé da Seguridade Social, a instituição e efetivação de um sistema unificado de condução e operacionalização por meio do SUAS etc.

A partir das normatizações discutiremos a política de assistência social, pelos níveis de proteção social dando ênfase à PSB, que é oferecida através dos CRAS pelas equipes de referência.

Dando sequência a discussão, analisaremos a organização da gestão do trabalho no SUAS, a partir das normatizações, da sua organização e estruturação, tanto na gestão como na execução dos diferentes níveis de proteção social, como também, orientações às equipes dos trabalhadores do SUAS, através da perspectiva da totalidade.

3.1 A POLÍTICA NEOLIBERAL E O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

Após esta breve reflexão acerca da categoria trabalho a partir dos fundamentos da teoria marxista e das formulações de Marini (2005) sobre a exploração da força de trabalho, em que buscamos evidenciar como o trabalho vem sendo considerado e requisitado nesta sociabilidade regida pelo capital, direcionamos agora a discussão para as políticas sociais no enfrentamento à

questão social, a qual vem sendo estimulada pela superexploração do trabalhador na era neoliberal.

A questão social tem sido objeto de interpretações divergentes, às vezes opostas. Como estamos tratando aqui dos fundamentos da teoria marxista, trazemos a concepção dos socialistas revolucionários do século XIX, evidenciada por Netto (2007), onde

A expressão imediata da “questão social”, o pauperismo, é irresolúvel sob a ordem do capital. Para esses pensadores, a “questão social”, consequência ineliminável da “lei geral da acumulação capitalista” é um aspecto próprio da sociedade burguesa ou, mais exatamente, da dinâmica do sistema capitalista, do modo de produção capitalista. Produzir exponencialmente riquezas sociais ao mesmo tempo em que se potencia a pobreza social tem como resultado tudo, menos uma mortadela que se pode cortar para separar um extremo do outro; trata-se de um complexo, de uma totalidade unitária. Produz-se riqueza social em escala exponencial ao mesmo tempo em que se produz e reproduz o pauperismo – esta é a implicação necessária da “lei geral da acumulação” (NETTO, 2007, p. 220).

A questão social esta enraizada no conflito capital x trabalho, na compra da força de trabalho pelos detentores dos meios de produção e venda da força de trabalho pelos trabalhadores, gerando as mais diversas expressões de desigualdade, segregação e exclusão social. Segundo Fraga ela “também se expressa pelas diferentes formas de rebeldia e resistência: todas as maneiras encontradas pelos sujeitos para se opor e resistir as desigualdades” (FRAGA, 2010, p. 45).

Para pensar a questão social e a elaboração de políticas sociais na América Latina, em especial no Brasil, deve-se levar em consideração a realidade desses países periféricos e dependentes e a superexploração dos trabalhadores. Para tanto “o conceito de dependência é central na elaboração de políticas sociais como também na interpretação de qualquer aspecto da vida social que se pretenda concreto relativamente às condições de vida dos povos latino-americanos” (Paiva, Ouriques, 2006, p.167).

Nas economias latino-americanas as políticas sociais nasceram para atender as exigências capitalistas sob a estrutura de dominação econômica e política burguesa. O Estado obedece à necessidade de garantir a integração da força de trabalho na relação de assalariamento, submetido à ordem do capital.

Sabemos que as condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras na América Latina são precárias, com baixos salários e um contexto de grandes desigualdades sociais e desmonte dos direitos sociais já conquistados. O que reafirma que “a ideia de uma plenitude de direitos sociais é totalmente improvável no capitalismo operado nos países centrais, é ainda mais inconcebível nas condições de periferia do sistema capitalista mundial” (Paiva, Ouriques, 2006, p.167).

A partir da década de 1990 com a entrada da política neoliberal o Brasil abriu as portas para a internacionalização do mercado, a mundialização, as exigências da concorrência e da competitividade, enfim para a globalização. Um contexto que apresenta trabalhadores em condições cada vez mais precárias, menos protegidas e com grandes restrições de direitos, sendo os trabalhadores menos qualificados os que mais sofrem. Os direitos sociais passam a ser vistos neste contexto, mais como problema e não como obrigação.

Pensar o capitalismo contemporâneo, com a política neoliberal, é perceber que uma das suas principais características, segundo Netto e Braz (2011), é a exponencialização da questão social com a naturalização e a criminalização dos pobres e do pauperismo, considerando ainda que a concepção de sociedade é fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens. A precarização das relações de trabalho trouxe de volta formas de exploração que eram próprias do passado: aumento da jornada de trabalho, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho infantil e formas de trabalho análogas ao trabalho escravo.

Neste contexto as políticas sociais têm a tarefa de diminuir os efeitos da pobreza, através de ações emergenciais, sem a pretensão de transformar efetivamente as condições de vida da população. Através dos programas, benefícios, projetos e serviços têm-se o enfrentamento da questão social, mas ao mesmo tempo têm-se um predomínio político-ideológico que objetiva a preservação do capital e o controle da força de trabalho.

Outra característica da ideologia neoliberal é a diminuição das funções do Estado, que deve se dedicar às atividades que garantam a liberdade do mercado: segurança pública, defesa de fronteiras, repressão sindical. A área social deve ter

seus recursos reduzidos e é enfatizado o repasse da operacionalização para a sociedade civil, sob o legado de 'divisão de responsabilidades'.

Começa assim um processo de reforma, ou melhor, dizendo, contrarreforma¹, com ajustes fiscais, redução de gastos sociais, redução de direitos e garantias sociais e um amplo processo de privatizações, com

Um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa (IAMAMOTO, 2004, p.20).

Os trabalhadores cada vez mais subordinados pelos mecanismos econômicos e pela coesão do Estado, submetidos à superexploração, dispõem de políticas sociais com ações focalistas e pontuais, somente ofertadas em situações extremas e com certas condicionalidades.

Deve-se levar em consideração que "as estratégias de intervenção do Estado, organizadas de acordo com as exigências do capital, não são alheias à dimensão de luta de classes em cada sociedade e em cada época determinada" (Paiva; Ouriques, 2006, p.169). Estes mesmos autores trazem que as políticas sociais revelam-se como mediações fundamentais para a luta, no âmbito do reconhecimento progressivo dos direitos sociais dos trabalhadores.

Também se deve ressaltar que assim como os avanços conquistados na Constituição Federal de 1988, apontam para o reconhecimento de direitos, trazendo para a esfera pública a desigualdade social e as expressões da questão social, o Estado está inserido na dinâmica contraditória das políticas econômicas neoliberais através de processos desarticuladores no desmonte e retração dos direitos e investimentos no campo social.

É neste período de grande vulnerabilização ao que se refere ao trabalho e perdas no sistema de garantia dos direitos, que a assistência social como política pública vai se formulando através de acertos e desacertos, com resistências e adequações ao ambiente neoliberal.

¹ Para maior aprofundamento neste assunto consultar: BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

A política de assistência social atua como mobilizadora dos trabalhadores explorados, pela conquista e garantia efetiva dos direitos sociais. As políticas sociais não podem ser pensadas apenas como assistencialismo, caridade ou estratégia para acalmar conflitos, deve ser encarada como um instrumento de transformação, mobilização e organização das classes exploradas, não objetivando só a redução das formas mais extremas de pobreza, mas a construção política dos sujeitos.

A seguir traçaremos os marcos normativos/legais desta política que vão mostrar avanços importantes, embora ainda incipientes diante do grandioso contexto de carência de direitos em nosso país.

3.2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DOS SEUS MARCOS LEGAIS/NORMATIVOS

Trataremos inicialmente da organização e estruturação da Política de Assistência Social a partir dos seus marcos legais e normativos, para então posteriormente evidenciarmos os limites e possibilidades vivenciados atualmente na gestão do trabalho no SUAS.

A política de assistência social no Brasil é instituída legalmente com a Constituição Federal de 1988, onde foi reconhecida como direito social integrante do tripé da seguridade social, elevando-se à política pública, deixando de ser uma ação moral movida pela compaixão e pela boa vontade de alguns, principalmente das pessoas envolvidas com a igreja e instituições de caridade. Este marco tenta romper, também com a tradição clientelista e assistencialista, voltada às ações emergenciais e distribuição de auxílios financeiros. Como traz Yazbek

A Seguridade Social brasileira por definição constitucional é integrada pelas políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social e supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais (YAZBEK, 2008, p. 80).

Anterior à Constituição Federal de 1988 já havia no Brasil movimentos que expressavam características de assistência. Um marco neste sentido é a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, que, segundo Pressi (2011)

A LBA veio para atuar nas emergências das famílias e na ocorrência de calamidades. Presidida inicialmente por Darcy Vargas, afirma-se assim, no país, a figura do primeirismo, e legitima o objetivo de Vargas que era atuar através do assistencialismo mantendo a dominação da política (PRESSI, 2011, p. 7).

Participavam também, desta mobilização, a sociedade civil e o trabalho feminino. Portanto o que se observa como afirma Yazbek (2008, p. 91), é que “historicamente a atenção à pobreza pela Assistência Social pública vai se estruturando acoplada ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil”. Desta forma vai se iniciando e constituindo a política de assistência.

A LBA teve uma atuação tão importante que em muitos momentos foi considerada o principal órgão da assistência social do governo federal, tão importante que sua extinção ocorreu apenas em 1995. Mesmo sua ação sendo de caráter assistencialista, muitos dos trabalhadores que atuavam na LBA lutavam pelo reconhecimento da assistência como política pública regulamentada como direito e não com a visão de favor. A própria sociedade civil, através da classe trabalhadora, participa desta luta nas reivindicações por proteção social.

A luta dos trabalhadores só foi reconhecida com a promulgação da Constituição Federal de 1988, através da Seguridade Social, como política pública. A partir deste momento histórico a Assistência Social vai se configurando no campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilização do Estado. Torna-se dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar, independente de contribuição.

A década de 1990 é atingida pelo ideário neoliberal com a proposta de um Estado mínimo, com redução de gastos sociais, privatizações e cortes nos direitos sociais, como já apontado no item anterior. Nesta conjuntura são poucos os avanços no processo de reordenamento da assistência social. As propostas da política de assistência foram rotuladas como inviáveis e as ações do governo continuaram reprimidas, mantendo perfil conservador, paternalista e autoritário.

É nesta conjuntura, que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, instituiu o Programa Comunidade Solidária como principal estratégia de enfrentamento à pobreza no país, fragmentando e focalizando as ações, como determinava o neoliberalismo às políticas sociais. Desta forma este programa

contribuiu para fragilizar a assistência social, e desmonta as possibilidades de uma política pública garantidora dos direitos e da cidadania.

No ano de 1993, o Presidente da República, Itamar Franco, sanciona a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sob o nº8742/93, através de grande mobilização da sociedade civil organizada, sob a liderança de universidades e da categoria profissional dos assistentes sociais. A LOAS foi organizada em 42 artigos que trazem os princípios e diretrizes; forma de organização e gestão das ações; competências das esferas de governo; o caráter e a composição das instâncias deliberativas; a instituição e competências do Conselho Nacional de Assistência Social; as competências do órgão nacional gestor da PNAS; o conceito de benefícios, serviços, programas e projetos; e o financiamento. Regulamenta a Assistência Social como política social pública de responsabilidade estatal e universal no acesso aos direitos.

Em suas diretrizes estabelece o sistema descentralizado da assistência social, a competência das três esferas de governo, a responsabilidade do Estado, a criação e o fortalecimento das instâncias de participação e controle e o cofinanciamento pelos três entes federados.

Nos objetivos evidencia a proteção à família, a infância, a adolescência e a velhice, além da habitação e da reabilitação das pessoas portadoras de necessidades especiais, no sentido de promover sua integração a vida comunitária.

Segundo Yazbek

A assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários, espaço de seu protagonismo e exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (YAZBEK, 2008, p.95).

Para tanto a política de assistência social não pode ser pensada isoladamente, deve estar articulada às demais políticas sociais, respeitando o comando único em cada esfera de governo, a gestão compartilhada com a sociedade civil no planejamento e no controle, através de um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios voltados à proteção social e ao atendimento das necessidades da população usuária.

Dessa forma Yazbek ressalta que

A Assistência Social como campo de efetivação de direitos é, (ou deveria ser) política estratégica, não contributiva, voltada para a construção e provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos, buscando romper com a tradição clientelista e assistencialista que historicamente permeia a área onde sempre foi vista como prática secundária, em geral adstrita às atividades do plantão social, de atenções em emergências e distribuição de auxílios financeiros (YAZBEK, 2008 p.96).

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, como resultado de um intenso e amplo debate nacional, expressos nas deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2003. Normatiza princípios e objetivos a serem alcançados, através da efetivação das ações que façam garantir os mínimos sociais, através do enfrentamento às vulnerabilidades.

Segundo a LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a política nacional de assistência social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

I – Supremacia do atendimento as necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – Respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência as populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

As diretrizes da PNAS baseadas na LOAS trazem a descentralização político-administrativa; a participação da população; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo; centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Sob a perspectiva de realizarem-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando o enfrentamento, a universalização dos direitos, a garantia dos mínimos sociais e ao provimento de

condições para atender contingências sociais, a PNAS tem como objetivos: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais; e assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Estes objetivos representam indicações para mudanças que dizem respeito ao desenvolvimento de estratégias de articulação e de gestão que viabilizam abordagens intersetoriais, a incorporação da abordagem territorial e a lógica de estruturação da Proteção Social.

Na intenção de concretizar os princípios e diretrizes da LOAS, em 1997 foi editada a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB), na qual conceitua o sistema descentralizado e participativo; amplia as competências dos governos federal, estadual e municipal e também do Distrito Federal; institui a exigência de Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social, no sentido de o município estar habilitado a receber os recursos federais.

A NOB de 1998 conceituou e determinou as estratégias, princípios e diretrizes para operacionalizar a PNAS e instituiu as bases de efetivação do SUAS em relação às condicionalidades e condições para que os estados e municípios garantissem o co-financiamento federal na assistência social.

Em 2005 o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) apresenta uma proposta preliminar para a NOB/SUAS, que foi debatida em seminários municipais, estaduais e no Distrito Federal, por representantes do MDS e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a versão final foi aprovada em reunião ordinária do CNAS no dia 15 de julho daquele mesmo ano. A partir desta data começa um intenso processo de regulamentações das ações que vão consolidar o novo modelo de organização e gestão da política de assistência social.

No ano seguinte o CNAS, em reunião ordinária, aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Nacional de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) e em janeiro de 2007, o mesmo conselho publica o texto da NOB-

RH/SUAS, tendo como principais eixos para a gestão do trabalho: princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS; princípios éticos para os trabalhadores da assistência social; equipes de referência; diretrizes para a política nacional de capacitação; diretrizes nacionais para os planos de carreira, cargos e salários; diretrizes para entidades e organizações de assistência social; diretrizes para o co-financiamento da gestão do trabalho; responsabilidades e atribuições do gestor federal, dos gestores estaduais, do gestor do Distrito Federal, dos gestores municipais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS; organização do cadastro nacional de trabalhadores do SUAS – CADSUAS; controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS e regras de transição.

A NOB-RH/SUAS estabelece regras para a aplicação da gestão pública do trabalho e mecanismos reguladores da relação dos gestores com os trabalhadores dos serviços socioassistenciais. Voltaremos a tratar da NOB-RH/SUAS mais adiante onde focaremos na gestão do trabalho no SUAS.

Além de todas as alterações e avanços até aqui apresentados, em 2009 foi aprovada a Resolução 109/2009, sobre a tipificação dos serviços socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Assunto que discutiremos no próximo item, dando ênfase a PSB.

Com o objetivo de estruturar as ações da PNAS e organizar os serviços e ações sócio assistenciais, foi criado em 2005 o Sistema Único de Assistência Social, a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na LOAS. O SUAS foi regulamentado em 2011 pela Lei Federal nº 12.435, que alterou alguns dispositivos da LOAS. A aprovação desta lei serviu como estratégia de consolidação da rede de atendimento sócio assistencial.

Para a construção de um sistema como o SUAS, devemos considerar os avanços da Constituição Federal de 1988 e a LOAS que deliberaram como diretrizes desta política, a descentralização político-administrativa, a participação popular e o comando único, trazendo, também, para este cenário a sociedade civil.

O SUAS tem como objetivos e diretrizes a universalização do sistema; a territorialização da rede; a descentralização político administrativa; a padronização

dos serviços; a integração de objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos; a proteção social; a substituição do paradigma assistencialista e a articulação de ações e competências com os demais sistemas de defesa dos direitos humanos, políticas sociais e esferas de governo.

Paiva apresenta o SUAS como

Uma porta aberta na direção de uma proteção social distendida, sensível à pobreza e às amplas necessidades coletivas, que herdamos confinadas ao gueto da focalização extremada. Por esta razão, não se trata mais de acatar no debate sobre o SUAS- e sobre os desafios do trabalho social crítico e com qualidade- que o tema da pobreza e da desigualdade seja apartado de sua dimensão estrutural, permanecendo confinado como um problema de esfera de consumo e da estrutura familiar (PAIVA, 2011, p. 10).

A mesma autora acrescenta que “se não rompermos com o passado da assistência social como ação pontual, improvisada e lateralizada nas franjas das demais políticas sociais, as respostas em termos dos serviços serão tópicas e superficiais” (Paiva, 2011). Paiva aposta na participação popular como eixo da política pública, indispensável para esta ruptura, formulando com a população e consolidando politicamente os serviços socioassistenciais objetivando a emancipação dos indivíduos e grupos subalternizados.

Faz-se, portanto, necessária uma apropriação teórica, crítica e politicamente comprometida dos trabalhadores sociais, para que a ação dos serviços socioassistenciais se torne organizadora de luta, transformando as condições de vida das pessoas com as quais os trabalhadores sociais atuam. Também requer a construção orgânica das políticas sociais no sentido de satisfazer as necessidades básicas, com uma visão política e democrática.

Todo este processo revelou e ainda revela que a assistência social como política pública está em constante movimento, considerando que ao mesmo tempo em que se estruturam novas diretrizes e normatizações, temos a continuidade de práticas e estruturas ainda existentes, traçando desafios e avanços na direção da consolidação da assistência social como política pública realmente efetivadora de direitos sociais.

3.2.1 O SUAS e os níveis de proteção social: reordenamento institucional e a estruturação do trabalho.

Prosseguindo a discussão vimos que a instituição do SUAS foi um marco ao que se refere a regulamentação do sistema de proteção social brasileira. No entanto a implementação e o aprimoramento deste sistema exige um reordenamento institucional e práticas políticas visando à estruturação do trabalho e da sua gestão, aprimorando a qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais.

Para tanto o CNAS publicou no dia 11 de novembro de 2009 a Resolução 109, que aprova a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, distribuindo os serviços entre as categorias: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. A lógica para a estruturação da proteção social se refere “a desigualdade social e a pobreza, inerentes à sociedade capitalista contemporânea, engendram diferentes modalidades de desproteção social que exigem atenção estatal diferenciada para o seu enfrentamento” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p.63).

Segundo a acima mencionada Resolução, os serviços socioassistenciais foram organizados por níveis de complexidade, sendo:

- Proteção Social Básica que compreende os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

- Proteção Social Especial de Média Complexidade que compreende os seguintes serviços: Serviço de Proteção e atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social e Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços a Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

- Proteção Social Especial de Alta Complexidade que compreende os seguintes serviços: Serviço de Acolhimento Institucional nas seguintes modalidades: abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2009, p.5).

Os serviços de proteção social devem prover um conjunto de seguranças na intenção de cobrir, reduzir ou prevenir riscos e vulnerabilidades sociais. Esse

conjunto de segurança se refere: a segurança de acolhida através de espaços e serviços adequados; segurança social de renda através dos auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades; segurança de convívio através de serviços continuados e de trabalho socioeducativos; segurança de desenvolvimento da autonomia que visa o desenvolvimento de capacidades e habilidades dos indivíduos; e a segurança de benefícios materiais em caráter provisório a benefícios eventuais a indivíduos em situação de riscos e vulnerabilidades circunstanciais, de emergência ou calamidade pública.

Na proteção social básica objetiva-se a prevenção de situações de risco, através do desenvolvimento das potencialidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da aquisição de habilidades e competências. A proteção social básica se materializa nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), levando em conta a perspectiva territorial², dando preferência para os espaços de maior vulnerabilidade social dos municípios, onde as famílias e indivíduos possam ter o primeiro acesso aos serviços socioassistenciais.

A proteção social especial está relacionada à proteção das famílias e indivíduos nas situações de risco onde já ocorreu a violação de direitos ou rompimento dos laços familiares ou comunitários. A média complexidade é caracterizada e compreendida quando já houve a violação dos direitos, mas não foi rompido o vínculo familiar e comunitário e a família ou indivíduo pode ser inserido nos serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Já a proteção social de alta complexidade deve garantir a proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de risco ou ameaça, necessitando ser afastado do seu núcleo familiar ou comunitário. Para tanto devem ser oferecidos serviços de acolhimento institucional.

A partir da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e como já mencionado anteriormente a proteção social básica dispõe dos seguintes serviços socioassistenciais:

- serviço de proteção e atendimento integral a família (PAIF): consiste no trabalho social com as famílias, de caráter continuado, com a finalidade de

² Território – é o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento. (COUTO; YASBEK; RAICHELIS, 2012, p. 73)

fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de suas condições de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. É a partir do trabalho com famílias no serviço PAIF que se organizam os serviços referenciados ao CRAS (BRASIL, 2009, p. 6).

-serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de forma a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2009, p. 9).

-Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos: tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso a toda rede socioassistencial e aos serviços de outras políticas públicas. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço. (BRASIL, 2009, p. 16).

A PSB prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos de acolhimento, convivência e socialização das famílias e indivíduos, e devem estar articulados com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas, e devem também estar articulados aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários.

Os serviços de PSB são executados de forma direta nos CRAS ou nas entidades e organizações de Assistência Social de abrangência dos CRAS e requerem uma articulação com as demais políticas públicas a fim de estabelecer programas amplos e preventivos que assegurem o acesso aos direitos sociais, respondendo as situações de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social.

O CRAS é uma unidade pública estatal que executa os serviços da PSB, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política da assistência social. Atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário visando à orientação e o convívio sóciofamiliar e comunitário.

A PNAS prevê que seja realizado um diagnóstico sócio territorial, com a finalidade de mapear as singularidades e vulnerabilidades presentes no contexto social. Também orienta para a organização dos serviços a serem ofertados, que se leve em consideração as necessidades apresentadas pela população.

O que não se pode deixar de analisar é que a proteção social não deve ser atribuição exclusiva da assistência social, mas que compete à articulação com as demais políticas sociais, pois não se pode atribuir funções à assistência social que são exclusivas de outras políticas sociais, e muito menos restringir o conceito de proteção social aos serviços socioassistenciais, onde perderia seu potencial na garantia de direitos sociais e não estabeleceria, no âmbito da Seguridade Social, um amplo sistema de proteção social.

3.3 GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS: COMO ESTÁ ORGANIZADA

Como vimos no primeiro capítulo, às transformações do capitalismo contemporâneo, conduzidas pelo modelo neoliberal nas economias dependentes latino-americana e, conseqüentemente, brasileira, conduziu para o agravamento das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, dentre eles, os trabalhadores sociais. Essas “condições e relações de trabalho em que estão inscritos os assistentes sociais são indissociáveis da Reforma do Estado, que redimensiona as relações entre o Estado e a sociedade e atinge as políticas e/ou ações voltadas à questão social” (IAMAMOTO, 2012, p. 57).

Em relação a estas condições e relações de trabalho Couto, Yazbek e Raichelis mostram que

As condições atuais do capitalismo contemporâneo, com a globalização financeirizada dos capitais e sistemas de produção, apoiados fortemente no desenvolvimento tecnológico e de informação, promovem intensas mudanças nos processos de organização e nas relações e vínculos de

trabalho. São contextos que geram processos continuados de informalização e flexibilização expressos por trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto, para citar apenas algumas das diferentes formas de precarização a que estão submetidos os trabalhadores no mundo do trabalho. São transformações que atingem duramente o trabalho assalariado, sua realização concreta e as formas de subjetivação, levando a redefinições dos sistemas de proteção social (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 82).

Os trabalhadores sociais não estão desconectados desta dinâmica capitalista, pois as mesmas autoras tratam a assistência social como “um setor intensivo de uso da força de trabalho humana, o que representa um desafio para a criação de condições adequadas de trabalho e de sua gestão cotidiana”.

A gestão do trabalho no SUAS se materializa mediante a base normativa do SUAS, como apresentado neste capítulo, de forma a estruturar e organizar, tanto a gestão como a execução dos diferentes níveis de proteção social que a política de assistência social prevê e, também, orientação às equipes dos trabalhadores do SUAS.

As questões que envolvem a regulação e a gestão do trabalho no SUAS, segundo as autoras citadas acima, devem ser tratadas a partir de uma perspectiva de totalidade, através das dimensões que compreendem as atividades desenvolvidas pelo conjunto dos seus trabalhadores; as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras; e os meios e instrumentos necessários ao adequado exercício profissional.

A resolução do CNAS nº 17/2011, em seu artigo 1º, ratifica a equipe de referência no que se refere às categorias profissionais de nível superior definidas na NOB-RH/SUAS³, sendo assim, compõem obrigatoriamente as equipes de referência: I - da Proteção Social Básica: Assistente Social e Psicólogo; II - da Proteção Social Especial de Média Complexidade: Assistente Social, Psicólogo e Advogado; III - da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Assistente Social e Psicólogo.

Esta mesma Resolução reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais da gestão do SUAS. Em seu artigo 2º § 3º, traz as categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo, Economista

³ A NOB-RH/SUAS utilizada como referência neste trabalho é a de 2006.

Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta Ocupacional e Musicoterapeuta. No seu artigo 3º regulamenta as categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista Domestico, Pedagogo, Sociólogo e Terapeuta Ocupacional.

Em pesquisa ⁴ realizada no Estado de Santa Catarina, temos dados importantes sobre a real situação das equipes que compõem os CRAS, sendo que 86% possuem o trabalhador técnico de nível médio e 10% indicam não contar com este profissional (Paiva, 2012, p.47). Em relação ao trabalhador de nível superior a pesquisa revela que ele está presente em todos os CRAS e que a equipe é composta basicamente por profissionais do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, estando em consonância com a Resolução do CNAS Nº 17\2011 quando trata das categorias profissionais de nível superior que poderão compor a gestão do SUAS.

Outro dado importante da pesquisa (Paiva, 2012, p.48) é que em 2% dos CRAS não tem a presença do profissional do Serviço Social, neste caso a equipe é dividida entre os profissionais da Psicologia e da Pedagogia, o que esta incoerente com a normativa acima mencionada.

Ainda este mesmo estudo (Paiva, 2012, p. 49) aponta que o número de CRAS com equipes de referência em conformidade com a regulamentação não é pequeno, alcançando o índice de 45%. Mas quando se trata da proporcionalidade entre profissionais e o número de famílias referenciadas, em 55% dos CRAS o número de profissionais é insuficiente à relação da quantidade de famílias.

As conferências realizadas no ano de 2011, tratavam da consolidação do SUAS com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios, e motivaram o debate sobre a gestão do trabalho no SUAS, que teve como consenso a necessidade de concurso público, a autonomia técnica, adequadas condições de trabalho e salários condignos.

⁴ Dados do relatório Final de Pesquisa -2011/2012, Edital CNPq /MDS 036/2010. O SUAS em Santa Catarina: O desenho da proteção social básica em perspectiva. Coordenadora: Beatriz Augusto de Paiva, Florianópolis, Santa Catarina, 2012.

Faz-se necessário considerar que grande parte dos serviços, programas e projetos são prestados por entidades privadas, que devem ser submetidas aos mesmos princípios e diretrizes que orientam o SUAS, mas sabe-se também que grande parte dos trabalhadores destas entidades, ou melhor, dizendo colaboradores, são voluntários sem nenhum vínculo empregatício. Diante deste contexto, a NOB-RH busca enfrentar essa realidade quando define diretrizes para a qualificação de recursos humanos e orienta nos procedimentos para a composição das equipes básicas de referência para a proteção social.

Não se podem desconsiderar as garantias presentes na legislação do SUAS especialmente na NOB-RH\SUAS, mas é preciso uma luta de classe continua para a afirmação destas garantias, destacando a necessidade de concursos públicos com nomeações imediatas, combate a terceirização, construção do plano de carreira cargos e salários, organização sindical, mesas de negociação e política de qualificação permanente.

3.3.1 A conformação das equipes de referência nos diferentes níveis de proteção social a partir do SUAS.

Equipes de referência são aquelas constitutivas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. (NOB-RH/SUAS: anotada e comentada, 2011, p.27).

Segundo comentários da NOB-RH/SUAS: anotada e comentada (2011, p. 28), são denominadas equipes de referência por se organizarem com características e objetivos adequados aos serviços que realizam, de acordo com a realidade em que atuam e com os recursos que dispõem. São entendidas como um grupo de profissionais com diferentes conhecimentos, que tem objetivos comuns e definem coletivamente estratégias para alcançá-los.

Essas equipes devem desenvolver seu trabalho de forma que passem a conhecer os usuários que estão sob sua responsabilidade e fique reconhecida por eles, a fim de se tornarem uma referência quando necessitarem dos serviços socioassistenciais.

Todas as normatizações relacionadas à política de assistência social

Enfatizam a articulação e integração entre as ações, apontando para a necessidade de um diálogo interdisciplinar que aproxime os saberes específicos oriundos das diferentes profissões que se juntam na gestão e operação do SUAS, em uma fala audível e compreensível aos diversos interlocutores (MUNIZ, 2011, p.90).

Na proteção social básica a equipe de referência, destinada para os CRAS deve ter um coordenador, que, segundo a NOB-RH/SUAS, deve ter nível superior, ser concursado, ter experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais e ser responsável pela organização dos serviços. As categorias profissionais atuam na oferta dos serviços diretamente com os usuários.

Para Couto, Yazbek e Raichelis,

Considerando as definições da NOB-RH em relação às equipes de referência para os CRAS e CREAS, estas envolvem um conjunto diversificado de profissões, atribuições e competências, instalando-se nova divisão sócio-técnica do trabalho no âmbito do SUAS. Trata-se de um processo de grande complexidade, pois cada uma das categorias profissionais envolvidas tem uma história particular de organização e de luta corporativa e sindical, com acúmulos e reivindicações específicas no que tange as condições de exercício do trabalho (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p.83).

A NOB-RH-SUAS: anotada e comentada (2011, p.21) traz em relação aos princípios éticos que a assistência social deve ofertar seus serviços com o conhecimento e compromisso ético e político de profissionais que operam técnicas e procedimentos impulsionadores das potencialidades e da emancipação de seus usuários. A composição das equipes de referência se dá por categorias profissionais de nível superior, orientadas por códigos de ética e, portanto, agregam essa dimensão aos serviços e benefícios, à gestão do SUAS. Continuando, estabelece que os princípios éticos das respectivas profissões deverão ser considerados ao se elaborar, implantar e implementar padrões, rotinas e protocolos específicos, para normatizar e regulamentar a atuação profissional por tipo de serviço socioassistencial.

Segundo a NOB-RH/SUAS, esta equipe para os municípios de pequeno porte I (até 2.500 famílias referenciadas) deve ser composta por: dois técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo e dois técnicos de nível médio. Nos municípios de pequeno porte II (até 3.500 famílias referenciadas) deve ser composta por: três técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo e três técnicos de nível médio. Já nos municípios de médio e grande porte, nas metrópoles e no Distrito Federal (a cada 5.000 famílias referenciadas) a equipe deve apresentar quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS, e ainda quatro técnicos de nível médio.

A Resolução do CNAS nº 17/2011, em seu artigo 1º estabelece que, a equipe da PSB deve ser composta obrigatoriamente por Assistente Social e Psicólogo, podendo ter ainda na equipe outros profissionais, conforme prevê a mesma Resolução, citada no item anterior.

Os profissionais da assistência social através da NOB-RH\SUAS, dispõe de capacitação de forma sistemática e continuada, sustentável, participativa, nacionalizada, descentralizada, avaliada e monitorada. Ela deve ser destinada a todos os atores da área da assistência social; primando pelo investimento em múltiplas formas de execução; respeitando as diversidades e especificidades regionais e locais; adequando-se aos diferentes públicos; garantindo acessibilidade das pessoas com deficiência; estimulando a criação de escolas e parcerias com instituições de ensino; estabelecendo mecanismos de parcerias entre as instituições de ensino e a gestão do sistema; procurando ampliar a discussão com os Fóruns dos diferentes segmentos das instituições de ensino superior; incentivando a produção e publicação pelos trabalhadores da assistência social de artigos e monografias sobre a política de assistência social.

Ações de capacitação permanente devem ser planejadas com base na identificação das necessidades dos profissionais, como também momentos para estudos de referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho da equipe interdisciplinar, redefinido o trabalho profissional, as formas de organização e gestão institucional.

Referenciando novamente Couto, Yazbek e Raichelis, elas afirmam que

Quanto mais qualificados os serviços e trabalhadores da assistência social, menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência teórica, técnica e política ao trabalho realizado (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 85).

Segundo a já mencionada pesquisa (Paiva, 2012, p. 29) que foi realizada no estado de Santa Catarina, no conjunto dos trabalhadores entrevistados, observou-se que é um grupo prioritariamente feminino, cerca de 90,56%. O nível de escolaridade de maior incidência, destes profissionais, está no ensino superior completo (58,49%), seguido por trabalhadores que possuem pós-graduação (32,07%) na segunda maior incidência. Dos profissionais entrevistados 56,60 tem formação em serviço social, 30,18% em psicologia e 7,55% em pedagogia.

Outro dado da pesquisa (Paiva, 2012, p. 31) foi em relação ao vínculo funcional, onde os resultados demonstram que apenas 39,62% são estatutários, sendo 37,73% sem vínculo permanente e 22,64% como cargo comissionado, o que significa que podem ou não fazer parte do quadro permanente dos trabalhadores municipais. Tais dados demonstram a realidade de precarização e exploração da força de trabalho que atinge os trabalhadores da assistência social atualmente organizada via SUAS e a necessidade urgente de mobilização pela realização de concurso público, de maior autonomia técnica, de adequadas condições de trabalho, de salários condignos, de combate à terceirização e de qualificação permanente.

Além destes dados a pesquisa também mostra que as atividades oferecidas nos CRAS são prejudicadas pela incompletude das equipes e fragilização dos serviços. Essa debilidade no sistema demonstra a necessidade de equipes interdisciplinares, desde o planejamento das ações até a execução dos serviços socioassistenciais.

Em virtude desta precarização e exploração dos trabalhadores do SUAS, temos hoje, como traz Os Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais (2009), duas grandes tendências no âmbito dos CRAS:

A primeira é de restringir a atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, o que pode caracterizar os CRAS e a atuação

profissional como um 'grande plantão de emergências', ou um serviço cartorial de registro e controle das famílias para acessos a benefícios de transferência de renda. A segunda é de estabelecer uma relação entre o público e o privado, onde o poder público transforma-se em mero repassador de recursos a organizações não-governamentais, que assumem a execução direta dos serviços socioassistenciais.

Após a apresentação das normatizações conquistadas na política de assistência social desde a Constituição Federal de 1988, dos dados trazidos pela pesquisa e das tendências que nos apresentam os Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais, percebemos o quão distante ainda se encontra a efetivação destas normatizações.

Sabemos que, como vimos no início deste capítulo, a influência da política neoliberal, através do desmonte dos direitos sociais, teve consequências diretas nas manifestações da questão social, aumentando a precarização e a exploração do trabalho pelo capital, principalmente nos países dependentes. Os trabalhadores do SUAS também foram atingidos por esse processo de precarização e exploração do trabalho.

Como apontou a pesquisa, os trabalhadores do SUAS devem permanecer em constante luta pela efetivação das normatizações, pelos seus direitos trabalhistas, apontando aqui a efetivação das 30 horas semanais para os assistentes sociais, que muitas instituições ainda se negam a cumprir, negando ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste diário do seu trabalho. Neste ponto vale lembrar o que Marini (2005) aponta no início deste trabalho sobre as consequências sociais e ideológicas da superexploração onde ocorrem os esvaziamentos dos espaços de luta no mundo do trabalho, fazendo com que os trabalhadores transformem esse processo de luta em meras relações de sobrevivência, muitas vezes colocando os trabalhadores uns contra os outros.

4 A INTERDISCIPLINARIDADE – ENQUANTO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL

Considerando o que já foi exposto até aqui, trataremos agora do tema da interdisciplinaridade. Num primeiro momento veremos como alguns autores a compreendem. Em seguida apresentaremos alguns desafios e possibilidades em relação à interdisciplinaridade na execução da política de assistência social, através das equipes de referência.

A interdisciplinaridade deve contemplar ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos e a construção e garantia dos direitos sociais, através da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados. As diferentes áreas do saber envolvidas num objetivo comum, onde os desafios e as possibilidades se apresentam através do trabalho coletivo, e de um trabalho voltado para a execução dos serviços socioassistenciais de qualidade e que garantam a autonomia política dos sujeitos.

4.1. COMO A INTERDISCIPLINARIDADE É COMPREENDIDA PELOS AUTORES

A interdisciplinaridade, como apresenta Ely (2003), é compreendida a partir de duas abordagens distintas: a primeira se relaciona com a construção do conhecimento através de uma visão holística e a formação de uma postura crítica. A segunda trata da interdisciplinaridade como método de trabalho, como uma ação interventiva, não deixando de lado os princípios da primeira abordagem, porém trabalhando com problemas práticos.

A autora dá ênfase à segunda abordagem que aposta nas equipes de trabalho “sendo constituídas por profissionais com qualificações diversas, que interagem de forma a estabelecerem uma troca intensa, pautada em objetivos comuns, com interdependência, coesão e cooperação” (ELY, 2003, p. 114).

A interdisciplinaridade objetiva valorizar toda forma de conhecimento, através da interação e articulação entre as diversas áreas de saber envolvidas, explorando as potencialidades de cada ciência, respeitando seus limites, sua diversidade e criatividade. Para uma boa interação e um bom processo de comunicação é necessária a socialização do conhecimento, das linguagens e dos conceitos específicos de cada área envolvida.

Pensando a interdisciplinaridade na articulação dos conhecimentos, se vê cada vez mais necessária sua presença no mundo do trabalho, principalmente nas ações do assistente social. Segundo Ely

Esta profissão apresenta-se como uma área fértil para a propagação desta tendência, uma vez que o caráter interdisciplinar se faz presente inclusive no processo de formação e produção do conhecimento do assistente social e o acompanha, de forma acentuada, em suas ações profissionais (ELY, 2003, p. 115).

Como o Serviço Social é uma área onde se articulam diferentes conhecimentos, a interdisciplinaridade se torna uma exigência, como enfatiza o Código de Ética do Assistente Social, no capítulo III, artigo 10, alíneas *d* e *e*, no qual a participação em equipes interdisciplinares é apresentada como um dever profissional, a ser cumprido sempre que se apresentarem possibilidades e respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões.

A mesma autora ressalta que esse dever em relação à interdisciplinaridade, relaciona-se com um dos princípios fundamentais do Código de Ética, que se refere ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Fraga, através de Ferreira, pensa a interdisciplinaridade

Como uma necessidade de interação e busca dos profissionais das diferentes áreas do conhecimento. No vernáculo pátrio, a palavra interdisciplinar (inter+disciplinar) refere-se ao que é comum a duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento (FRAGA, 2010 apud FERREIRA, 1999, p.57).

Desta forma se faz necessário ressaltar que não estamos tratando de multidisciplinaridade, que se refere a várias disciplinas, pois como assinala Fraga “na maioria das vezes, as diferentes disciplinas estanques não contemplam as questões emergentes da sociedade; logo, não consideram a complexidade das múltiplas expressões da questão social” (FRAGA, 2010, p.57).

Oliveira, Mesquita e Silva conceituam a interdisciplinaridade “como um trabalho em comum, onde se consideram a interação das disciplinas científicas, de conceitos, diretrizes, de sua metodologia e de seus procedimentos” (OLIVEIRA; MESQUITA; SILVA, 2005, p.136). É a interação destes saberes que possibilita ir além da simples condição de usuário a um indivíduo com direitos sociais garantidos pela legislação.

Oliveira e Souza compreendem o homem como produto e produtor da história e a partir das relações sociais que se propõem a discutir a interdisciplinaridade e apontam que

Diante da globalização, das divisões do campo social, cultural, financeiro, político, científico, etc., em particular da fragmentação na maneira de perceber e compreender o ser humano e suas relações, a interdisciplinaridade emerge como prática de articulação destas partes. Podemos afirmar que, mais que uma proposta simplista, a interdisciplinaridade pode apresentar-se como uma resposta de intercâmbio e integração, uma maneira de transpor fronteiras e diferenças existentes entre as profissões, a fim de alcançar uma comunicação mais efetiva (OLIVEIRA; SOUZA, p.03).

Trazem também a compreensão de outros autores para a interdisciplinaridade:

Oliveira (2003) aponta a interlocução entre os variados polos do saber como uma característica inevitável do mundo organizado do conhecimento. A interdisciplinaridade transcende a união de forças para obtenção de um objetivo em comum, ela possibilita o diálogo, a troca de conceitos e ideias, a criatividade.

Fazenda (2002) aponta que a interdisciplinaridade é uma atitude coletiva diante da questão do conhecimento, um projeto em que causa e intenção coincidam, um fazer que surja de um ato de vontade e que, portanto, exige uma imersão no trabalho cotidiano. Dessa forma, a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre especialistas e pela integração das disciplinas num mesmo projeto.

Para Martinelli

A perspectiva interdisciplinar não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especificidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais

consistentes deste mesmo objeto, desta mesma pratica (apud, MARTINELLI, 1995, p.175).

O trabalho interdisciplinar é baseado na interdependência entre os profissionais envolvidos, respeitando a área particular de competência de cada um, o que vai ao encontro com o que Pombo (2006) define como interdisciplinaridade, ou seja, um processo de fecundação recíproca das disciplinas no qual cada disciplina envolvida se deixa cruzar e contaminar pelas outras.

Enfim temos apresentado algumas reflexões e conceitos de autores sobre a interdisciplinaridade que a aponta como um trabalho que vai sendo construído e se efetivando com a prática e a vivência. Percebemos a importância dada pelos autores para o trabalho coletivo, através de um objetivo em comum, onde todas as áreas do saber estejam voltadas para atingir o objetivo comum das disciplinas e campos em que ocorre; no caso da política de assistência social, para o enfrentamento das expressões da questão social.

Os autores apontam que as particularidades de cada área do saber devam ser respeitadas, tendo todas as mesmas contribuições na troca de experiências, explorando as potencialidades de cada uma. A interdisciplinaridade deve acontecer de uma forma crítica e construtiva, e deve acompanhar o assistente social em suas ações profissionais.

4.2 A INTERDISCIPLINARIDADE NO SUAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Após a apresentação de reflexões acerca das expressões da questão social, resultado da contradição capital x trabalho, da superexploração dos trabalhadores pelo sistema capitalista; de evidenciar o processo de construção e normatização da política de assistência social e do SUAS, privilegiando o que se refere a gestão do trabalho neste sistema; de apresentar autores que problematizam e conceituam o que é a interdisciplinaridade, queremos elencar alguns desafios e possibilidades do trabalho interdisciplinar no SUAS.

O trabalho interdisciplinar, segundo os Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais (2009), deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com

vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que tem papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição socioeconômica. Com ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais, trabalhando numa perspectiva de mudança gradual das condições de vida dos indivíduos.

São necessários saberes críticos e competentes, que materializem o compromisso ético-político com os usuários, para tanto Silveira coloca que

Os saberes requisitados possuem complexidades próprias orientadas pelos projetos profissionais coletivos, e se inscrevem no projeto social do direito à assistência social, o que requer a compreensão da trajetória desta política e de sua natureza, a produção de respostas técnicas e éticas vinculadas às demandas e aos processos essenciais que possibilitam a mediação entre o direito e as necessidades dos usuários, bem como o pleno e qualificado desenvolvimento das estruturas institucionais do próprio SUAS (SILVEIRA, 2011, p.30).

A interdisciplinaridade requer a construção de uma prática político-profissional visando o diálogo sobre os pontos de vista diferentes, como também das abordagens diferentes, mas sempre caminhando na mesma direção. Sendo uma prática coletiva deve ser construída no dia-a-dia através de um trabalho integrado e da diversidade de olhares, através das exigências das situações que se apresentam, tendo clareza que existem especificidades de cada profissional que devem ser respeitadas.

Segundo Iamamoto,

É necessário desmistificar a ideia de que a equipe, ao desenvolver ações coordenadas, cria uma identidade entre seus participantes que leva à diluição de suas particularidades profissionais. São as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças. Em outros termos, a equipe condensa uma unidade de diversidades. Neste contexto, o assistente social, mesmo realizando atividades partilhadas com outros profissionais, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o distingue do médico, do sociólogo, do psicólogo, do pedagogo etc. Cada um desses especialistas, em decorrência de sua formação e das situações com que se defronta, na sua história social e profissional, desenvolve sensibilidade e capacitação teórico-metodológica para identificar nexos e relações presentes nas expressões da questão social com as quais trabalham e distintas competências e habilidades para desempenhar as ações propostas (IAMAMOTO, 2012, p.64).

Para fazer parte efetivamente de uma equipe interdisciplinar é preciso despir-se de preconceitos e estar preparado para receber críticas, tendo a visão de que isto

irá contribuir para o seu crescimento, para o bom andamento da equipe e para um bom resultado nas atividades realizadas.

O trabalho em equipe exige convivência entre os profissionais, no compartilhamento das decisões, onde cada membro tem a sua função e busca alternativas para determinados questionamentos ou situações, onde a principal marca é a responsabilidade e o respeito aos colegas, sempre visando à qualidade dos serviços prestados.

Segundo Muniz

São essas equipes que concretizam as seguranças da acolhida, do convívio, desenvolvimento da autonomia, sobrevivência nas circunstâncias emergenciais e rendimentos por meio dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, garantindo efetivamente os direitos socioassistenciais. É delas, em última instância a responsabilidade de dar vida ao SUAS (MUNIZ, 2011, p.100).

O SUAS prevê a participação de profissionais de diversas áreas junto à rede de proteção social, como já citado anteriormente através da NOB-RH\SUAS. Esta normativa estabelece requisitos que condicionam a implantação dos serviços socioassistenciais, particularmente pela definição das equipes de referência dos serviços na proteção social básica e na proteção social especial de média e alta complexidade.

A interdisciplinaridade no SUAS caracteriza um

Projeto político coletivo que agrega e direciona interesses diversos na compreensão da assistência social como direito, e como política pública consolidada no sistema unificado, na direção de um amplo e universal sistema de proteção social, com democratização de renda e riqueza, e socialização da participação (SILVEIRA, 2011, p.29).

Ao se instituir um trabalho interdisciplinar, pressupõe-se que os diversos conhecimentos e competências poderão interpretar melhor as necessidades trazidas aos serviços socioassistenciais e intervir coerentemente sobre elas. Para tanto o profissional não pode se isolar no seu núcleo de competência, todos devem ser capazes de reconhecer aquilo que lhes falta e que podem ou devem receber dos outros. Todos da equipe devem participar do planejamento, sentindo-se parte desta construção e valorizado enquanto profissional, independente do grau de instrução – obviamente, respeitando o que for específico de cada saber e profissão.

A partir do momento que o profissional se sente parte da equipe deve assumir sua responsabilidade em relação ao objetivo comum. A interdisciplinaridade é uma constante construção, onde o maior desafio é a visão da coletividade na efetivação dos serviços socioassistenciais.

Ainda citando Muniz,

A diferença profissional e pessoal de cada membro da equipe e entre as equipes possibilita a construção de espaços onde uma integração interdisciplinar seja possível, ainda que não automática ou de simples execução, além da oferta de serviços com coeficientes de vínculos entre profissionais e usuários mais eficazes e efetivos, de forma que se constitua efetivamente referência para indivíduos, famílias e para o território (MUNIZ, 2011, p.102).

A oferta dos serviços socioassistenciais depende e muito de como estão organizadas as equipes de referência, e lembrando que o SUAS não é construído apenas pelos trabalhadores da assistência e sim por todos os que possam contribuir, dentro das considerações da NOB-RH\SUAS, para o enfrentamento da questão social.

Assim como sinalizamos no objetivo geral deste trabalho, evidenciamos a importância da interdisciplinaridade na gestão do trabalho no SUAS, por se tratar de uma possibilidade na construção de espaços de trabalho menos precarizados, ofertando serviços de melhor qualidade aos usuários.

Como vimos nos dados da pesquisa (Paiva, 2012) que apresentamos no capítulo anterior, temos equipes de trabalho formadas por quadro de trabalhadores insuficientes, não levando em consideração as necessidades do território, que podem demandar a exigência de profissionais de diversas áreas do saber.

O assistente social não consegue dar conta sozinho da prestação dos serviços socioassistenciais, o que fica claro em algumas das normatizações que trazem a importância do trabalho em equipe, dos diversos saberes profissionais, levando em consideração o objetivo maior desta política que é o enfrentamento das mais variadas manifestações da questão social.

Nesta troca de saberes, através da interdisciplinaridade, podemos destacar ainda, a expansão do seu campo de atuação em áreas do conhecimento ainda pouco exploradas pelo Serviço Social. Ely aponta

que nesta relação de troca de saberes, o Serviço Social tem a oportunidade de socializar com as demais áreas do conhecimento as suas reais especificidades e habilidades e, dependendo da competência do profissional, até romper com o 'preconceito' que estas áreas historicamente atribuem a formação de assistente social (ELY, 2003, p.116).

A prática interdisciplinar proposta remete a mudanças significativas nos espaços de trabalho da política de assistência social, tanto para a qualidade dos serviços prestados, como também, para as condições de trabalho dos profissionais do SUAS.

Como a PSB apresenta caráter preventivo das situações de risco e vulnerabilidades sociais, temos a necessidade urgente de lutar para que este espaço tenha profissionais capacitados e quadros profissionais adequados para o atendimento do usuário, objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tal como preconizam as legislações da área.

Sendo assim, a interdisciplinaridade, deve abrir espaço para reflexões voltadas ao enfrentamento da questão social e a precarização e exploração dos trabalhadores, que atingem tanto os usuários da política, como também, os profissionais do SUAS, procurando apontar alternativas e soluções para este enfrentamento através do trabalho em conjunto.

É pensando neste trabalho em conjunto que precisamos destacar que a prática interdisciplinar não é adquirida de qualquer forma, que precisamos fortalecer cada vez mais as práticas do SUAS, para que as outras áreas do saber se sintam atraídas por este espaço de trabalho e assumam junto com os trabalhadores da assistência social a construção coletiva e efetiva do SUAS.

Diante de todas as reflexões até aqui expostas, podemos apontar o trabalho em equipe como um grande avanço para as práticas voltadas ao SUAS, no sentido de romper com visões conservadoras de que o SUAS seria exclusividade da política da assistência social.

Avança, também, no sentido de romper com as práticas focalizadas, sem planejamento, nem reconhecimento do território onde são desenvolvidas, deixando de trabalhar a construção da cidadania dos usuários, que vivem em meio a este

cenário de precarização e exploração do sistema capitalista, multiplicador das expressões da questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como foco debater a gestão do trabalho no SUAS, apresentando e ressaltando a importância da interdisciplinaridade como alternativa de trabalho. Apesar das muitas conquistas asseguradas através das normatizações, ainda é grande a luta dos trabalhadores do SUAS pela sua efetivação. Um exemplo disso é a garantia da jornada de trabalho de trinta horas semanais aos assistentes sociais, mas que em muitas situações precisam ser garantidas através de intervenção judicial.

Para tanto ampliamos os conhecimentos em relação à gestão do trabalho no SUAS, resgatando um pouco da evolução histórica da assistência, da luta dos trabalhadores sociais por melhores condições de trabalho dentro do sistema capitalista, da superexploração e da dependência.

Foram muitas as lutas dos trabalhadores da assistência pelo reconhecimento da mesma como política pública o que só aconteceu com a Constituição de 1988 através do tripé da seguridade social, onde a assistência foi reconhecida como política pública. Tal acontecimento trouxe muitos avanços para a assistência social, que até então era de caráter conservador e assistencialista. Foi um grande progresso no sentido de organizar a política de assistência social através das normatizações e de grandes debates feitos pelos trabalhadores da assistência, universidades e sociedade civil como um todo.

Apesar dos avanços a política de assistência social, teve muitos retrocessos, principalmente na década seguinte a Constituição de 1988, com a incorporação dos preceitos neoliberais, o Estado mínimo e o desmonte dos direitos sociais. Todas as garantias já conquistadas para serem efetivadas, tiveram que passar por um novo processo de luta.

O SUAS representou um marco importante na política de assistência social, unificando e padronizando os serviços em todo território brasileiro, de forma articulada, tendo como perspectiva a totalidade superando as ações fragmentadas frente às demandas sociais apresentadas, aprimorando a oferta dos serviços socioassistenciais.

Dentro deste sistema ressaltamos a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais que veio garantir unidade nos padrões de funcionamento dos serviços socioassistenciais e organizar os serviços de proteção social por níveis de complexidade, em especial na proteção social básica, desenvolvida nos CRAS. A proteção social básica deve se caracterizar pela prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais, através do desenvolvimento das potencialidades e fortalecimento de vínculos dos sujeitos.

Para o funcionamento do SUAS, ao que se refere principalmente aos recursos humanos, temos a NOB-RH\SUAS, no entanto a sua plena efetivação ainda se constitui um desafio, levando em conta a precarização do trabalho na gestão e operacionalização deste sistema e a exploração/precarização a que os trabalhadores estão submetidos. Um desafio que apresenta a necessidade de realização de um número maior de concursos públicos, plena autonomia dos trabalhadores, adequadas condições de trabalho, políticas de qualificação permanente, além das equipes incompletas que não permitem, na maioria das situações, a oferta e realização dos serviços socioassistenciais com qualidade. Cabe citar também, como desafio a luta pela efetivação das 30 horas semanais, já garantidas em lei para os assistentes sociais.

Diante do exposto vimos que o SUAS é um sistema em constante movimento devido à luta permanente pela efetivação das normatizações já existentes e pela conquista e ampliação dos direitos o que caracteriza um caminhar lentamente em direção a sua consolidação.

Para finalizar o trabalho apontamos uma possibilidade que também se configura num desafio para a melhoria nos serviços socioassistenciais, que é a interdisciplinaridade. Apontada como uma prática político-profissional, reconhecendo a importância e a necessidade do trabalho em equipe, respeitando as diferentes áreas do conhecimento no enfrentamento da questão social.

Abre o espaço para a reflexão da prática profissional, com análises conjuntas do que precisa ser mudado e/ou construído, sempre levando em consideração os projetos ético-políticos de cada profissão. Não se pode criar uma forma única de interdisciplinaridade, pois ela deve levar em consideração as necessidades que uma

instituição ou território apresenta para saber quais profissionais devem compor a equipe de trabalho.

A interdisciplinaridade deve superar a fragmentação do conhecimento e compreender a integração entre as variadas formas do saber visando buscar a totalidade, conectando os saberes para um mesmo objetivo: as expressões da questão social.

Como apontou Ely (2003), não se pode pensar o assistente social fora da prática interdisciplinar, trabalhando isoladamente, uma vez que a interdisciplinaridade se faz presente no seu processo de formação e nas suas ações profissionais.

O assistente social possui conhecimentos e habilidades adquiridos na academia que lhe proporcionam maiores habilidades para uma prática interdisciplinar. Mesmo não trabalhando em equipe, este profissional necessita destes conhecimentos no trabalho individual. Mas é preciso sinalizar que este trabalho individual pode não ter a mesma qualidade de um trabalho em equipe, onde os profissionais específicos de cada área estão capacitados para suas especificidades.

Mesmo sendo um tema ainda recente, a interdisciplinaridade está prevista nas normatizações e vem sendo requisitada aos trabalhadores do SUAS, principalmente no que se refere ao planejamento e atendimento na PSB. Por isso requer discussões urgentes tanto na academia, como nos espaços de trabalho, objetivando a melhoria dos serviços socioassistenciais.

Estamos, portanto, frente a um desafio importante para o bom desempenho da política de assistência social, pois apontamos neste trabalho, a interdisciplinaridade como peça fundamental na execução da política, principalmente no que se refere à qualidade na prestação dos serviços socioassistenciais na proteção social básica.

A partir desse desafio convidamos os trabalhadores do SUAS a se engajarem em mais esta luta por melhores condições de trabalho e melhoria na prestação dos serviços socioassistenciais, fazendo da política de assistência social um espaço

organizado e preparado para atuar na garantia dos direitos sociais e na construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Torres de Alencar. GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Katálýsis**, Florianópolis, v. 12 n. 2 p. 161-169, jul./dez. 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução Nº 109, nov. 2009.

_____. Conselho Federal do Serviço Social; Conselho Federal de Psicologia. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007.

_____. Conselho Federal do Serviço Social; IAMAMOTO. Marilda V. in Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão. Brasília, 2012.

_____. Diário Oficial da União. **Resolução Nº17, de julho de 2011**.

_____. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. **Código de ética do/a assistente social** 10ª edição. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. NOB-RH/SUAS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**, 2006.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, set. 2004.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: SUAS uma realidade em movimento**. 3ª edição revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2012.

ELY, Fabiana Regina. Serviço Social e Interdisciplinaridade. **Katálýsis**, Florianópolis, v. 6 n. 1 p. 113-117, jan./jul. 2003.

FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH. **Anotada e Comentada**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011. 144 p.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no Trabalho do Assistente Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101 p. 40-64, jan./mar. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

IAMAMOTO, Marilda V. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis**. Nº3. Brasília: ABEPSS, 2004. p. 9 – 32.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137 – 180.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. vol. 1. 29 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011, cap. V a XIII, p. 207 – 569.

MUNIZ, Egli. Equipes de Referência no SUAS e as Responsabilidades dos trabalhadores. In: **Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: Uma Contribuição Necessária para Ressignificar as Ofertas e Consolidar o Direito Socioassistencial**. p. 87-122. BRASIL, 2011.

NETTO, José Paulo. **A Questão Social na América Latina**. Conferencia proferida no III Encontro Nacional de Política Social, 2007, p. 215 – 233.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política uma introdução crítica**. Biblioteca Básica/Serviço Social. Cortez, 2011.

OLIVEIRA. Cirlene Aparecida Hilário Silva de; SOUZA, Tatiana Machiavelle Carmo. **Formação Profissional do Assistente Social na Contemporaneidade: Aspecto da interdisciplinaridade**.

OLIVEIRA, Richarla Fortunato de; MESQUITA, Sonia Tebet; SILVA, Cleonice da. A Formação Profissional, interdisciplinaridade e seu processo de aquisição. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 4 p. 135-156, mai. 2005.

OSORIO, Jaime. Dependência e Superexploração. In: SANTOS, Theotonio; SADER, Emir [coords]; MARTINS, Carlos Eduardo, VALENCIA, Adrian Sotelo [orgs]. **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed PUC/Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 167-187.

PAIVA, Beatriz Augusto de. OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sócias: quão distante está o horizonte? **Katálisis**, Florianópolis, v. 9 n. 2 p. 166-175, jul./dez. 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto de. Temática I – Gestão do Trabalho no SUAS. Trabalhadores sociais do SUAS: Qual agenda construir? In: **Caderno de Textos**. VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.

_____. O SUAS em Santa Catarina: o desenho da proteção social básica em perspectiva. **Dados do relatório final de pesquisa – 2011/2012**, Edital CNPq/MDS 036/2010. Florianópolis, Santa Catarina, 2012.

PRESSI, Fatima. **Um município de pequeno porte I antes e depois da Constituição Federal de 1988** – Avanços e contradições na política de assistência social. Curitiba, 2011.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Gestão do Trabalho: Concepção e Significado para o SUAS. **Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS**: Uma Contribuição Necessária para Ressignificar as Ofertas e Consolidar o Direito Socioassistencial. p. 9-38. BRASIL, 2011.

VALENCIA, Adrian Sotelo. **A Reestruturação do Mundo do Trabalho**: Superexploração e Novos Paradigmas da Organização do Trabalho. p. 27-47. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS**. In: BRASIL. SUAS: Configurando os Eixos de Mudanças. p. 79-125. Brasília, 2008